

**ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA
PÚBLICA DE XXXXXX
- CONSEG-XXXX**

**CAPITULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E
OBJETIVOS**

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

Art. 1º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxxx, também designada pela sigla CONSEG-XXX, constituído em ____ de ____ de _____ é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, de utilidade pública conforme a lei e com sede e foro na xxxxxxxxxxxxxx.

Art. 2º – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxxx tem por finalidade promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e a democracia (Art. 3º inciso XI da Lei 9.790/99), exercendo ainda a comunicação entre o sistema de segurança pública, de defesa social e a comunidade, com vistas à parceria nas atividades de preservação da ordem pública.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxxx não distribui entre os seus associados, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, os aplicando integralmente na consecução do seu objetivo social. (Art. 1º, parágrafo único da Lei 9.790/99)

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, o Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxxx observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Artigo 4º da Lei 9.790/99)

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxxx se dedica às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. (Artigo 3º, parágrafo único da Lei 9.790/99)

Art. 4º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxxx disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

Art. 5º – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx será registrado devidamente em Cartório, obtendo assim personalidade jurídica própria;

DOS OBJETIVOS

Art. 6º - São objetivos do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx:

I- Fomentar a atuação harmônica dos órgãos de segurança pública e defesa social;

II- Canalizar as aspirações da comunidade de forma que os integrantes do sistema de segurança pública possam maximizar sua atuação em defesa da comunidade;

III- Promover integração continua entre o cidadão e as instituições públicas, incentivando o bom relacionamento da comunidade e suas lideranças com os componentes da Segurança Pública local, em busca de um desempenho profissional mais seguro, facilitado pelo melhor e mais completo conhecimento da população e do local de atuação;

IV- Amadurecer a mentalidade participativa dos diversos segmentos organizados da sociedade nos assuntos de segurança pública;

VI- Promover a integração entre os segmentos organizados da sociedade e os órgãos responsáveis pelo sistema de Segurança Pública e Defesa Social.

VII - Colaborar no combate às causas da violência realizando estudos, apresentando sugestões, participando do planejamento e da implantação de campanhas educativas que possam melhor orientar a população a respeito dos assuntos de segurança pública preventiva;

VIII - Ajudar na fiscalização e na melhoria da ação dos órgãos de segurança pública, incentivando os diversos segmentos organizados da sociedade a participarem do planejamento do emprego operacional do efetivo da sua Unidade;

IX- Relacionar-se com entidades e órgãos públicos, em nível Municipal, Estadual e Federal, no trato de questões afins;

CAPÍTULO – II – DOS ASSOCIADOS

DOS ASSOCIADOS

Art. 7º – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxx será composto por número ilimitado de associados pessoas físicas, submetidos a cadastro, oriundos da comunidade local, que poderão se associar a qualquer tempo, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovante de residência local;
- b) Documento de identidade oficial com foto;
- c) Maioridade civil;
- d) Capacidade civil;
- e) Não tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida no mínimo por órgão judicial colegiado, por crimes ou contravenção penal.

§ 1º - O cadastro será realizado a todo tempo pela Diretoria Executiva, registrando em livro ou formulário próprio, impresso ou digital, arquivando-se em anexo cópias impressas ou digitais dos documentos que comprovem os requisitos supra estabelecidos, podendo os cadastros serem analisados por qualquer um dos seus associados.

§ 2º - Em não havendo, ainda, Conselho Comunitário já instalado, ou se tratando de reinstalação de Conselho Comunitário desativado, o cadastro será realizado na própria Assembléia Geral, antes do início dos trabalhos para a eleição dos cargos eletivos.

§ 3º - Caso não seja possível a finalização dos cadastros e posterior eleição no mesmo dia, será designado outro dia para continuação dos trabalhos para a finalização do cadastro e realização da eleição dos cargos eletivos, dissolvendo-se, ao final, os trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos dos associados, desde que quites com suas obrigações sociais e estatutárias

- a) Participar de todas as atividades do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxx;
- b) Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- c) Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- d) Requerer à Diretoria Executiva, mediante justificativa e juntamente com no mínimo a assinatura de 2/3 (dois terços) dos membros, à convocação de Assembléia Geral;
- e) Apresentar chapas de candidatos aos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- f) Propor por escrito à Assembléia Geral medidas que julgar necessárias em favor de interesses do Conselho Comunitário de segurança Pública de xxxx;
- g) Recorrer à Assembléia Geral de decisões punitivas, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento do aviso punitivo, cabendo à Assembléia Geral – ordinária ou extraordinária - a decisão final.

Parágrafo Único: Com exceção da primeira eleição para a instalação do Conselho Comunitário ou com exceção da reinstalação de Conselho Comunitário desativado, independente dos requisitos e condições previstos neste Artigo, só poderá votar e ser votado para os cargos eletivos o associado que esteja, no mínimo, 01(um) ano associado, sem suspensões ou interrupções e desde que quite com suas obrigações sociais e estatutárias

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) Acatar as decisões da Diretoria;
- c) Comparecer às reuniões e assembléias convocadas pelo Conselho, além de acatar e encaminhar suas decisões;
- d) Prestigiar a ação do Conselho e trabalhar pela eficácia dos seus objetivos;
- e) Não tomar deliberação em nome do Conselho;
- f) Cumprir e exigir o cumprimento do presente Estatuto.

Art.10 - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Art. 11 – Os associados que desrespeitarem ou incorrerem em infrações de qualquer dispositivo deste Estatuto serão aplicadas as seguintes punições:

I . Advertência;

II . Suspensão educativa pelo período mínimo de 03 (três) dias;

III . Eliminação pela reincidência de infrações.

Art. 12 – Poderão ser excluídos do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxx os membros que faltarem a 03 (três) assembleias ou reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) chamadas sem justificativas, respeitada a ampla defesa.

Parágrafo Único – As punições serão aplicadas por escrito pela Diretoria Executiva cabendo recurso do associado - que terá efeito suspensivo da punição - à Assembleia Geral, mantendo-se o efeito suspensivo até o julgamento na forma da alínea g) do Art. 8º.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

DA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 – São órgãos de deliberação, administração e fiscalização do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus associados, cujas atuações são inteiramente gratuitas. (Artigo 4º da Lei 9.790/99)

Art. 14 – A Assembleia Geral, órgão soberano da Instituição, se

constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e se reunirá ordinária ou extraordinariamente quando se fizer necessário;

§ 1º – O Presidente da Diretoria Executiva instalará os trabalhos da Assembléia Geral. Contudo, a Presidência da Assembléia Geral será exercida por um de seus membros eleitos pelo Plenário.

§ 2º – O Presidente da Assembléia Geral escolherá dois membros para atuarem como primeiro e segundo secretários.

Art. 15– Compete a Assembléia Geral:

- a) Eleger, empossar e destituir a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e suplentes.
- b) Aprovar reformas deste Estatuto,
- c) Decidir sobre a extinção da Instituição;
- d) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- e) Julgar e punir infratores, no caso do Art. 8º, g);
- f) Emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da Instituição; (outras julgadas necessárias).

Parágrafo Único - A reforma do Estatuto e destituição dos administradores, dar-se-á conforme dispositivo exarado no Artigo 59, parágrafo único do Código Civil.

Art. 16 - A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

I – aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria

II – apreciar o relatório anual da Diretoria;

III- discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Art. 17. A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

I – pela Diretoria Executiva;

II – pelo Conselho Fiscal;

III – por requerimento justificado e assinado por 2/3 (dois terços) dos

associados quites com as obrigações sociais.

Art. 18 - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 19 – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. (Artigo 4º, inciso II da Lei 9.790/99)

Art. 20 - Encerrada a Assembléia Geral, extingue-se o mandato dos componentes da mesa diretora.

Art. 21 - A Assembléia Geral terá um livro ou formulários de Ata que terá suas folhas autenticadas pelo Presidente eleito para a Assembléia, podendo ser digitalizados ou não.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22 – A Administração do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx se fará através de uma Diretoria Executiva, composta por seus membros, sendo:

Cargos Eletivos:

1. Presidente;
2. Vice-Presidente;
3. Primeiro Secretário;
4. Segundo Secretário;
5. Diretor Financeiro e Patrimonial;
6. Diretor de Relações Públicas;

7. Diretor de Cultura e Social;

§ 1º – São cargos eletivos Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

§ 2º – Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não receberão pelo cargo que ocuparem na Diretoria do Conselho de Segurança Pública de xxxx.

Art. 23 – Compete à Diretoria Executiva:

- a) Administrar o patrimônio e os recursos financeiros do Conselho;
- b) Desenvolver programa de geração de recursos;
- c) Regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição
- d) Reunir-se, no mínimo uma vez por mês.
- e) Cumprir e fazer cumprir as determinações deste Estatuto, das Ordens Normativas e Executivas e das Assembléias Gerais.

Art. 24 – Compete ao Presidente:

- a) Convocar e instalar à Assembléia Geral;
- b) Representar o Conselho em todos os atos oficiais e administrativos, só ou conjuntamente com qualquer outro membro da Diretoria;
- c) Realizar operações bancárias em conjunto com o Tesoureiro;
- d) Desempenhar as atribuições administrativas previstas no Regimento Interno;
- e) Zelar pelo bom funcionamento do Conselho e pela orientação dos trabalhos gerais;
- f) Responsabilizar-se pelas informações obtidas junto ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx, repassadas aos órgãos de segurança pública local, com vistas ao planejamento e execução das ações de Polícia.

Art. 25 – Compete ao vice-presidente substituir o Presidente em caso de impedimento e auxiliá-lo quando convocado pelo Presidente.

Art. 26 – Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Administrar e executar todo o trabalho de Secretaria;
- b) Substituir o Vice-Presidente em caso de impedimento;
- c) Lavrar as Atas de reunião da Diretoria Executiva;
- d) Manter sob sua guarda os Livros de Ata e Arquivos do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx.

Art. 27 - Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário quando se fizer necessário e colaborar com ele no desenvolvimento de suas funções.

Art. 28 - Compete ao Diretor Financeiro e Patrimonial:

- a) Manter sob seu controle todos os recursos financeiros e zelar pelo patrimônio da Entidade;
- b) Apresentar à Diretoria, Conselho Fiscal e Assembléia, os balancetes mensais, balanço anual, relatórios financeiros com documentos anexos e balanço do fim do mandato;
- c) Realizar operações bancárias em conjunto com o presidente, receber e efetuar todos os pagamentos;
- d) Manter sob sua guarda os Livros Contábeis e Documentos da Tesouraria e Escrituração em dia;
- e) Apresentar trimestralmente ao Conselho Fiscal as contas do período para aprovação ou não.

Art. 29 - Compete ao Diretor de Relações Públicas ser uma agente de divulgação do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx mediante a aprovação do Presidente da Diretoria Executiva.

Art. 30 – Compete ao Diretor de Cultura e Social promover atividades culturais, sociais, esportivas, recreativas e eventos que venham divulgar e promover o Conselho, mediante aprovação do Presidente da Diretoria Executiva.

Art. 31 – Os Diretores se substituirão e auxiliarão mutualmente em caso de ausências ou exclusões.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 – O Conselho Fiscal (Órgão Fiscalizador do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxx), será composto por 03 (três) membros efetivos e 01 (um) suplente, eleitos em Assembléia Geral, junto com a Diretoria Executiva, sendo o mandato coincidente com o da Diretoria.

Art. 33 – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar e emitir parecer sobre as contas do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxx e relatórios anuais da Diretoria, sugerindo medidas que julgar necessárias para sanar irregularidades;
- b) Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; (Artigo 4º, inciso III da Lei 9.790/99)
- c) Reunir ordinariamente, de três em três meses, e extraordinariamente quando for necessário ou for convocado pela Assembléia Geral, com um mínimo de 2/3 (dois terços) dos seus associados que estejam quites com suas obrigações sociais e estatutárias
- d) Eleger o Presidente do Conselho Fiscal a partir dos seus membros efetivos.

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 34 - O Conselho Consultivo será integrado por representantes das instituições de Segurança Pública e Defesa Social da cidade de xxxxx, que serão convidados a participar, sendo, contudo, membros natos e, por conseguinte, com direito a voz nas reuniões e assembléias:

- 1. Comandante da Unidade da Polícia Militar;
- 2. Órgão de execução do Ministério Público, com atribuição nas matérias de Segurança Pública e Defesa Social;
- 3. Delegado de Polícia Civil.
- 4. Juiz de Direito com atribuição nas matérias de Segurança Pública e

Defesa Social;

5. Presidente do Conselho Tutelar;

Parágrafo Único – Na impossibilidade da presença do titular, será reconhecido o seu representante legal ou designado.

Art. 35 – Compete ao Conselho Consultivo:

1. Receber e dar encaminhamentos as informações oriundas do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx, no âmbito de suas competências;
2. Participar das reuniões normais e extraordinárias do Conselho, colaborando no esclarecimento de dúvidas e anseios da comunidade;
3. Trazer informações, campanhas e atuações de suas áreas ao conhecimento da sociedade;
4. Dar publicidade ao recebimento, destino e uso através de convênios dos recursos materiais oriundos do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxx.

CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO, DAS ELEIÇÕES E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DO PATRIMÔNIO

Art. 36 – Constituem o Patrimônio do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx:

1. Bens móveis e imóveis que possui ou venha possuir;
2. Contribuições voluntárias da comunidade;
3. Subvenções, donativos, legados etc.;
4. Rendas patrimoniais diversas, provenientes, inclusive, de transações penais, acordos judiciais, entre outros;
5. Contribuições advindas de convênio com os entes federativos

(Federais, Estaduais e Municipais);

6. Resultados de atividades sociais.

7. Contribuições associativas, decididas em Assembléia Geral.

Art. 37 – Os recursos do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxx serão aplicados em despesas, aquisições ou atividades que visem o estrito cumprimento de seus fins.

Art. 38 – Toda movimentação financeira e patrimonial deve ser registrada em livros ou formulários próprios, transitando a financeira em conta bancária aberta exclusivamente para este fim, obrigando-se a publicidade e transparência no uso deste recursos.

Art. 39 - A alienação de bens do Conselho será feita por autorização prévia da Assembléia Geral, após apreciação e parecer do Conselho Fiscal, que analisará a disponibilidade, a conveniência da venda e a avaliação monetária do bem, propondo preço base para a operação.

Art. 40 – A venda se dará por melhor oferta, nunca inferior ao preço base estipulado pela Assembléia Geral observada a pesquisa.

Art. 41 – No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. (Artigo 4º, inciso IV da Lei 9.790/99)

DAS ELEIÇÕES

Art. 42 – Será convocada em Edital à Assembléia Geral Ordinária para eleição dos Cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, que tomarão posse imediatamente após a conclusão do pleito, dispensadas, neste caso, as demais formalidades regimentais.

Art. 43 – As chapas serão impressas ou digitalizadas com o nome dos candidatos e seus respectivos cargo e serão registrados na Secretaria do Conselho no mínimo com 15 (quinze) dias antes do pleito, fornecendo-se recibo, salvo se se tratar de instalação ou reinstalação do Conselho, quando ao registro da chapa poderá ocorrer na própria Assembléia Geral, antes do início dos trabalhos, diretamente com o Presidente eleito para a Assembléia.

§ 1º – Os candidatos relacionados numa chapa não poderão participar de outra.

§ 2º – Não podem participar da chapa da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e outros cargos do Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx: o Prefeito Municipal, os membros da Câmara de Vereadores e membros natos do Conselho Consultivo.

§ 3º – Tornam-se automaticamente desligados da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, candidatos a cargos eletivos, candidatos eleitos ou que integrem cargos de comissão ou confiança do Executivo ou Legislativo, seja, municipal, estadual ou federal.

§ 4º – Em caso de empate na votação entre as chapas, será considerada eleita a chapa que, na sua composição, tiver como mais idoso o candidato a Presidente da Diretoria Executiva.

Art. 44 – A eleição se dará em escrutínio secreto.

Art. 45 – As cédulas de votação têm que permanecer íntegras, sem rasuras, sob pena de anulação do voto.

Art. 46 – O Presidente da Assembléia Geral escolherá três escrutinadores dentre os membros presentes, de preferência que não estejam vinculados a nenhuma Chapa escrita.

Art. 47 – Qualquer impugnação será formulada por escrito ao Presidente da Assembléia Geral antes da proclamação dos eleitos, cabendo ao plenário decidir sob sua aceitação ou rejeição.

Parágrafo Único – Caso haja anulação do pleito, o Presidente da Assembléia Geral antes fixará de imediato a data para nova eleição, não sendo necessário publicação de novo edital.

Art. 48 – As eleições se darão a cada três anos, a partir da data da 1ª posse, em Assembléia Geral Ordinária convocada para este fim. A convocação para as eleições se dará 60 (sessenta) dias antes do término do mandato vigente, através de edital de convocação.

Art. 49 – Será permitida a reeleição, para o mesmo cargo, uma única vez.

Art. 50 – Em caso de renúncia coletiva ou destituição da Diretoria Executiva serão realizadas novas eleições.

Art. 51- A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal eleitos tomarão

posse imediatamente após o término do mandato anterior.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 – O Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxxx poderá criar comissões especiais para estudo ou execuções de atividades de interesse da comunidade local e dos integrantes dos órgãos da Segurança Pública (seminários, palestras, programações festivas ou desportivas, lazer etc.) com períodos estabelecidos funcionamento.

Art. 53 - As Comissões Especiais apresentarão relatórios circunstanciados de suas atividades ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de xxxxx.

Art. 54 – Nenhuma função ou atividade da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal será remunerada ou terá vantagens pelos serviços prestados, bem como, não poderá utilizar o prestígio do cargo para obter, para si ou para terceiros, benefícios de nenhuma espécie, constituindo-se assim, mera atividade filantrópica em benefício da Segurança Pública.

Art. 55 – O presente Estatuto só poderá ser alterado, no todo ou em parte, em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 56 – Os casos omissos do Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 57 – Este Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente

Vice-Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário

Diretor Financeiro

Diretor de Relações Públicas

Diretor de Cultura e Social

CONSELHO FISCAL:

TITULARES:

SUPLENTES: